

Milagre pelo avesso: Uma leitura de “Feliz ano novo” a partir das funções da linguagem

DIANA JUNKES

Universidade Federal de São Carlos

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma leitura de *Feliz ano novo* de Rubem Fonseca, a partir de uma perspectiva que toma a violência—não só temática, mas da linguagem—como um fim em si mesma, ou seja, do modo pelo qual, no conto, exacerba, a violência torna-se uma espécie de função da linguagem, pensada aqui nos moldes propostos por Roman Jakobson, um dominante que está centrado na mensagem em si, analogamente ao que ocorre com a poesia. É tão aguda e, por vezes, absurda que poder-se-ia pensar que o princípio de equivalência nesse caso dá-se quando toda metáfora da violência é também metonímia dela mesma. A contribuição para a extensa fortuna crítica do autor é não tanto por uma leitura que se soma a várias outras do mesmo conto, mas por levantar uma possibilidade para o estudo da violência como algo que, extrapolando limites suportáveis, opera livremente na e pela linguagem.

Palavras-chave: Rubem Fonseca, violência, linguagem, ética, política

Abstract: The aim of this article is to present a reading of Rubem Fonseca’s “Happy New Year” from a perspective that considers violence—not only thematic but also linguistic—as an end in itself. In other words, the way in which violence is exacerbated in the story becomes a kind of function of language, understood here in the mold proposed by Roman Jakobson, a dominant perspective centered on the message itself, analogous to what occurs with poetry. It is so acute and, at times, absurd that one could think that the principle of equivalence in this case occurs when every metaphor of violence is also a metonymy of itself. The

contribution to the author's extensive critical reception lies not so much in a reading that adds to several others of the same story, but in raising a possibility for the study of violence as something that, exceeding tolerable limits, operates freely in and through language.

Keywords: Rubem Fonseca, violence, language, ethics, politics

Algumas palavras iniciais

A proposta deste artigo é, de um lado, modesta, pois aborda um conto de Rubem Fonseca muito estudado, com fortuna crítica bastante estabelecida, correndo o risco de não acrescentar nada propriamente novo ao debate. Entretanto, instigada pela proposta de participar do evento em que se celebra os cem anos de Rubem Fonseca, estabeleci o desafio de no lugar de conversar com o saber acumulado em torno do conto em questão, “Feliz ano novo,” (Fonseca, 1994, 365-371) encaminhar a leitura a partir de parâmetros que não são usualmente adotados pelos estudiosos da narrativa, porém bastante mobilizados pelos críticos dedicados aos estudos poéticos.¹

Assim como as leituras existentes, esta que ora se apresenta tratará da violência, mais ainda, da linguagem violenta do conto e, em outro sentido, da violência como uma função da linguagem, entendendo-a, portanto, a partir do que estabelece Roman Jakobson para falar da poesia. Em exercício teórico-crítico, pouco convencional, arrisco propor uma reflexão em torno da violência como se ela se tornasse uma função da linguagem com funcionamento bastante análogo ao da função poética, ou seja, um fim em si mesma.

Acredito que a partir desta nova visada seja possível retomar os estudos de violência pensando-os também, na obra de Rubem Fonseca, como uma profunda reflexão ética e política, marcada por uma política da linguagem, em sua ética. Ao confrontar os limites desta ética, com o seu avesso, Fonseca aponta para um mundo com poucas chances de resignificação da experiência uma vez que a própria

¹ A primeira versão deste texto foi apresentada no Seminário 110 Anos de Rubem Fonseca, realizado em maio de 2025, na PUC-RJ. Agradeço a Karl Erik Schøllhammer pela oportunidade de diálogo em dias de debate e muitas interlocuções instigantes.

linguagem se reduz ao violento, ao vil, e extrapola as fronteiras de convivência e justiça social.

Censurado pela ditadura militar, *Feliz ano novo* (1975), de Rubem Fonseca, traz à tona o cenário incontornável do Brasil pós-milagre econômico (1967–1973). Em cada um dos contos e naquele que dá nome ao volume, em especial, a violência urbana, mais do que contexto é protagonista. É ela a personagem central: complexa, dura e implacável porta-voz dos altos custos de um crescimento em marcha forçada,² da proletarização da classe média e da concentração da riqueza em níveis nunca verificados no país.

Neste trabalho que faz parte de um conjunto mais amplo de reflexões, pretendo, a partir da contextualização da obra, discutir o modo pelo qual, no conto “Feliz ano novo”, anunciam-se anos tenebrosos em que a dialética da marginalidade, para usar um termo de João Cezar de Castro Rocha, e o crescimento em marcha forçada, como coloca Antônio Barros de Castro, referindo-se ao milagre econômico, unem-se perversamente e começam a delinear um *modus operandi* da violência urbana no país que assiste, contemporaneamente, sua exacerbação sem precedentes—porque legitimada, pública, e que justamente por seguir essa trilha ultrapassa, a meu ver, já no conto de Fonseca, a denúncia, claramente exposta, violência urbana que espelha—cruelmente—a violência do estado brasileiro, com seus torturadores, sua polícia criminosa e servil aos mandos do regime militar, ainda remanescentes. Violência que se torna, mais do que instância representável, mais do que *mimesis*, *poësis*.

Um milagre pelo avesso e a dialética da marginalidade

Separar a dinâmica política do golpe da questão econômica é arriscado porque em nome do desenvolvimento econômico, da manutenção do emprego e da renda e do constante silenciamento das classes proletárias, a classe média apoiou o golpe que impôs danos inúmeros à população, para além dos elevadíssimos custos políticos concernentes à liberdade e ao estado democrático de direito.

O primeiro programa de reformas foi o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que atingiu as áreas monetária e fiscal da economia, promovendo ajustes

² Refiro-me aqui ao trabalho de Antonio Barros de Castro e Francisco Pires de Souza sobre os altos custos econômicos e sociais decorrentes do Milagre fabricado pelo governo militar no Brasil, 1967–1973.

recessivos a fim de conter a alta inflacionária. Os salários foram arrochados e o direito à greve cassado. Dessa forma, com uma legitimidade “imposta”, o Estado fez ajustes em seus gastos, ajuste este financiado pelo esmagamento da classe trabalhadora, repressão dos sindicatos, e, também, pelo aumento da receita por meio da elevação dos impostos. O Estado assegurava assim sua hegemonia ideológica, a chamada ideologia da Escola Superior de Guerra, e a hegemonia da classe dominante, cujos interesses supostamente defendia.

No período seguinte, 1967–1973, uma política de intenso crescimento econômico teve início e a economia brasileira cresceu a altas taxas; era o chamado Milagre Brasileiro, acompanhado, no plano político como sabemos, pelo AI-5,³ mas não apenas por ele, como também outras medidas de exceção, perseguição política, tortura e morte. A repressão política permitiu que houvesse um esmagamento que teria, segundo dizem Chico Buarque e Paulo Pontes, na introdução de *A gota d’água*, tornado a Revolução Industrial um movimento filantrópico. Aliás, podemos lembrar que *Gota d’água* e *Lavoura arcaica* de Raduan Nassar são do mesmo ano, 1975.

Nesse período, acirrou-se a pobreza de quem estava também privado de se tornar trabalhador, por condições históricas de exclusão e marginalização. Para os que mantinham seus postos de trabalho, como a ditadura avançava, as condições salariais permaneciam desalentadoras, sobretudo para os trabalhadores pouco qualificados; por outro lado, a classe média apoiava o golpe e enriquecia, tinha seu poder de compra aumentado, além da demanda por seus serviços durante a nova fase do desenvolvimento do país (por exemplo, a demanda por serviços dos profissionais liberais) em franca expansão. A dinâmica da tradicional família brasileira tornava-se o modelo de vida que levaria o Brasil, país do futuro, à prosperidade, amparada pelo estado de exceção.

Como afirma Giorgio Agamben, o estado de exceção viabiliza a instauração de uma guerra civil legal, que permite não só o assassinato dos adversários

³ AI-5 é o Ato Institucional número 5, decretado pelo governo militar brasileiro. Dando sequência às interdições dos atos institucionais anteriores, este acentua a violência do Estado, a censura e passa a autorizar ainda mais o uso da violência pelo Estado. A vigência do AI-5 foi fundamental para a realização do Milagre, uma vez que as classes trabalhadoras não podiam manifestar-se contra a opressão que sofriam. Ao mesmo tempo, a própria contestação do golpe era punida com prisão, tortura e morte, legitimadas pelo ato institucional em questão. O AI-5 foi decretado em 13 de dezembro de 1968 e vigorou até 1º de janeiro de 1979.

políticos, mas “de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (*Estado* 13). Em contraparte, aqueles que são alvo da política eugenista do Estado investem-se da violência para reagir e se defenderem, porque ao fim e ao cabo, como diz Mbembe em *O devir negro*, trata-se de enegrecer a sociedade, convertendo em inimigos todos os que ameaçam o patriarcado branco, pobres, pretos, comunistas, pederastas, putas, toda a humanidade “subalterna” que ameaça a expansão capitalista. O que proponho à reflexão neste breve texto é que, a partir de certo momento, em Rubem Fonseca, a violência descola-se destes objetivos e passa a ser praticada como um fim em si mesma, torna-se um modo de vida. Em seus contos, a linguagem encena esse descolamento e mostra a sua radicalização.

Se de um lado os planos de desenvolvimento propostos viabilizavam a implantação de indústrias e seu progresso, de outro acirravam a desigualdade de renda e as injustiças sociais. Com o esgotamento do modelo, pelos choques do petróleo de 1971–1972, a opção dos militares foi insistir no crescimento, a fim de manter sua popularidade entre classe média e elite. A classe menos favorecida ficou à margem desse processo.

Pensar o processo da ditadura, portanto, tal como se deu no Brasil e em outros países da América Latina, pressupõe fortemente levar em conta as contribuições do estabelecimento de um diálogo entre história e literatura, como sabemos bem, e seu *ethos* subversivo naquele contexto. É no bojo desse diálogo que vem a censura a *Feliz ano novo*. Enquanto o Milagre opera, há um milagre pelo avesso, o inferno, que se espalha como lava: a violência e sua linguagem, ou a violência como linguagem, como forma de vida.

Desse modo, entre os anos 1970 e hoje algumas coisas mudaram, para pior, porque no Brasil dos anos 2020 as ações de extermínio do Estado não só são naturalizadas como o são porque são legitimadas pela vigência de um “estado democrático”. Se os protestos públicos são muito mais veementes do que durante a ditadura, obviamente, em redes sociais, entre coletivos e movimentos identitários, por outro lado, perdem-se na algaravia das informações, enquanto violência praticada pelo Estado avança.

Nos termos de Jacques Rancière, “a palavra democracia torna-se um eufemismo que designa um sistema de dominação” (113). Em São Paulo governada por Tarcísio de Freitas, os dados são assustadores e de modo algum as corregedorias ou o ministério público têm representado qualquer ameaça de

coerção a esse avanço. Para que se tenha uma ideia, a letalidade infantil, praticada pela política do Estado mais rico do país, cresceu 120% entre 2022 e 2024, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.⁴ A chacina de 28 de outubro de 2025, no Rio de Janeiro, nos Complexos da Penha e do Alemão, com pauta ideológica, mostra que a defesa da violência do Estado segue em pauta, legitimada pela democracia.

Foram 120 mortos. Tento chamar atenção aqui para o fato de que, já em Rubem Fonseca, essa pauta ideológica em prol da ordem, por meio dos aparelhos repressores do Estado, é um nível intermediário da violência. Ela se afirma como a única forma possível de habitar o Brasil, o planeta, não se liga somente a questões políticas, mas ferindo qualquer ética humana, circula livremente. Mais do que naturalizada, não enfrenta outra forma de vida, daí que passe a ser uma função da linguagem, está no trânsito das palavras, nos corpos, no dia-a-dia.

Outro ponto a considerar para a compreensão desse estado de coisas é que se nos anos 1970 a consciência política e de classe eram mais acentuadas, a despeito da censura e do aparelho repressor do Estado, hoje, tomando o movimento estudantil e sindical como exemplos, encontra-se esgarçada, não apenas pelos impactos do golpe à Presidenta Dilma, bolsonarismo, mas também pela pandemia. De modo que tendo sido incorporada ao cotidiano, a violência policial militar e aquela exercida pelos Perebas que afastados de direitos sobrevivem à margem da margem não causa espanto, é a vida como ela é.

Violência e linguagem

Há, portanto, um elo no modo pelo qual a violência é praticada hoje e como foi em *Feliz ano novo* de 1975 que merece ser visto com acuidade e é em certa medida esta a trajetória que venho seguindo nas minhas pesquisas atuais, ainda nascentes, voltada para as relações entre literatura e direitos humanos.

Walter Benjamin em seu “Crítica da violência, crítica do poder” afirma que só se deve considerar a questão da violência do ponto de vista dos meios e não dos fins e a discussão ficaria ancorada nos fins, justos ou injustos, sendo, por isso

⁴ Disponíveis em <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/c3605778-37b3-4ad6-8239-94c4cb236444>. Acesso em 3 mar. 2025.

regulada pela justiça, pelo direito do uso da força. Assim para que os militares se mantivessem no poder, usavam de força, violência, repressão.

Mas ocorre que a polícia, segue afirmando Benjamin, pode “investir cegamente nas áreas mais vulneráveis e contra cidadãos sensatos, sob a alegação de que contra eles o Estado não é protegido por leis” (160). Aqui é preciso então avançarmos. São corpos matáveis como dizem Agamben e Mbembe, este último no tocante ao devir negro e necropoder, que Berenice Bento chamará de *necrobiopoder*. Nesse caso, o controle da violência não é meio para o controle do poder, mas ao contrário, o controle do poder se tornaria meio para o controle da violência.

Desse modo, a militarização da polícia, que atenderia ao golpe, também foi, como controle de poder, meio para extermínio do que Agamben chama de *Homo sacer*, aqueles cuja morte por homicídio não engendra sanções aos assassinos. Aqui é preciso olhar a violência que é retratada no conto e aprofundar a leitura em camadas. A desigualdade e a fome levam à violência, portanto, ela é um meio de mitigar a fome, o frio, a vulnerabilidade:

Tô morrendo de fome, disse Pereba. De manhã a gente enche a barriga com os despachos dos babalaôs, eu disse, só de sacanagem. (12)

Zequinha chupou ar, fingindo que tinha coisas entre os dentes. Acho que ele também estava com fome. Eu tava pensando a gente invadir uma casa bacana que tá dando festa. O mulherio tá cheio de joia e eu tenho um cara que compra tudo o que eu levar. E os barbados tão cheios de grana na carteira. Você sabe que tem anel que vale cinco milhas e colar de quinze nesse intruja que eu conheço? Ele paga na hora. O fumo acabou. A cachaça também. Começou a chover. Lá se foi a tua farofa, disse Pereba. (16)

Em um cenário de profunda desigualdade social como o brasileiro, de miséria, opressão, da escravização dos corpos, a violência vêm daqueles que marginalizados, humilhados, oprimidos reivindicam para si o controle do poder tendo como meio a prática da violência, como forma possível de existir, convertendo o abuso, a crueldade sofrida em uma espécie de prática subjetiva

agônica, que denuncia a injustiça, que urra dores nos ouvidos da sociedade branca, burguesa, alheia às pessoas. Assim a violência lhes é o meio possível de sobrevivência. Vejamos:

Pra falar a verdade a maré também não tá boa pro meu lado, disse Zequinha. A barra tá pesada. Os homens não tão brincando, viu o que fizeram com o Bom Crioulo? Dezesseis tiros no quengo. Pegaram o Vevé e estrangularam. O Minhoca, porra! O Minhoca! crescemos juntos em Caxias, o cara era tão míope que não enxergava daqui até ali, e também era meio gago—pegaram ele e jogaram dentro do Guandu, todo arrebatado. (14)

Para rememorarmos:

Os militares dispararam cerca de 80 tiros contra o carro, resultando na morte de Evaldo na hora. Um catador de lixo que passava pelo local também foi ferido e morto ao tentar ajudar. O caso causou grande repercussão e gerou debates sobre a atuação militar e a segurança nas ruas do Rio de Janeiro. Dez militares foram presos após o caso, mas a situação jurídica é complexa e envolveu diferentes decisões judiciais. O Superior Tribunal Militar (STM) chegou a absolver oito militares condenados pela morte de Evaldo Rosa, o que gerou indignação da família e acusações de injustiça, segundo a Agência Brasil. A família de Evaldo Rosa ainda não decidiu se vai recorrer da decisão do STM. (Agência Brasil)

O objetivo é o extermínio dos corpos, não apenas para que haja uma espécie de eugenia, mas porque eles devem ser exterminados e seu extermínio é um fim em si, ou seja, a violência se torna um fim em si, como já alertara Benjamin. Na ditadura, tal prática é marcada pela tortura cruel, como as conduzidas por Ustra e Fleury, anos depois pelo massacre do Carandiru, a chacina da Candelária, Eldorado dos Carajás, mas diuturnamente pela letalidade das ações policiais, como no poema “Rotina” de Carlos Assumpção:

Devagar caminhando na noite
sozinho um homem negro vai
Cuidado irmão o perigo
traspassa a noite como punhal
Irmão cuidado eis que na esquina
na noite deserta surgem quatro policiais

É tarde é muito tarde a noite
se fecha com mãos de ferro é tarde demais
A noite se fecha cercando o homem negro
se fecha com mãos de ferro como tenaz
Com as mãos vermelhas eis que apressados
desaparecem na noite os policiais

Olhos apagados imóvel no chão pedra fria
em poça vermelha meu irmão jaz
E não vai mais abrir os olhos nem levantar-se
nem caminhar de noite nem dia nunca mais

Ou seja, não é apenas uma resposta ao contexto socioeconômico exclusor, mas é também um fim pelo qual os sentidos de humanidade se esvaziam e, paradoxalmente, talvez se reconfigurem, a violência atende ao extermínio não apenas para roubar para comer, não para cobrar, embora tudo isso esteja posto, mas porque ela se justifica em si mesma, na agudização do ódio, certamente, no sequestro ou ainda, reivindicação da linguagem pelo gesto violento.

E os meios para praticá-la vêm da legitimação do uso da força pelo Estado, da polícia, mas no sentido apontado acima, ou seja, o controle do poder se torna meio para controle da violência, assim, a finalidade seria, portanto, a violência, não o poder e nesse espectro, o alvo da matabilidade, da violência, para sobreviver, novamente, usurpar o que os destitui de si, convertem a violência em finalidade, igualmente. Diz o narrador em “Feliz ano novo”:

Tinha um anel que não saía. Com nojo, molhei de saliva o dedo da velha, mas mesmo assim o anel não saía. Fiquei puto e dei uma dentada, arrancando o dedo dela. (18)

Voltei para o quarto, empurrei a gordinha para o chão, arrumei a colcha de cetim da cama com cuidado, ela ficou lisinha, brilhando. Tirei as calças e caguei em cima da colcha. Foi um alívio, muito legal. Depois limpei o cu na colcha, botei as calças e desci. Vamos comer, eu disse, botando a fronha dentro da saca. Os homens e mulheres no chão estavam todos quietos e encagaçados, como carneirinhos. Para assustar ainda mais eu disse, o puto que se mexer eu estouro os miolos. (19)

Não se está aqui querendo reduzir a questão a um mero “troco”—uma discussão aprofundada sobre este tema tem sido feita por inúmeros pesquisadores, de diferentes campos do conhecimento e, em termos desta literatura, no já citado ensaio de Castro Rocha (2004), entre outros—mas, ao contrário, busca-se ampliar ou levantar a possibilidade de novas lentes para a questão.

Trata-se do alto grau de deterioração do humano, imposto pela desigualdade, pela crueldade, pela luta de classes e história colonial, com a manutenção da injustiça até o limite da fragilidade de um judiciário que não pune agentes do Estado por assassinato e não poupa marginalizados pelos assassinatos que cometem, em geral por meio de extermínios que afrontam a ética dos direitos humanos, considerando-se que o papel do Estado, teoricamente, no Brasil, jamais é matar. Poderíamos lembrar aqui das palavras de Lispector na conhecida crônica “Mineirinho”. Mineirinho era um facínora, perseguido por crimes cometidos, mas é na sua morte que a pungência da violência de que foi alvo a vida toda grita mais alto a ausência de uma ética humana:

Esta é a lei! Mas há alguma coisa que, se me fez ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me dei a alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha oca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão; o décimo terceiro tiro me assassina; porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro. Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela enquanto isso

durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais ... até que treze tiros nos acordam, e com horror digo tarde demais; vinte e oito anos depois que Mineirinho nasceu—que ao homem acuado, que a esse não nos matem. Porque sei que ele é o meu erro. De uma vida inteira, por Deus, o que se salva às vezes é apenas o erro, e eu sei que não nos salvaremos enquanto nosso erro não nos for precioso.

Nessa perspectiva, se propõe a ler o contexto a partir de uma perspectiva de materialidade da violência na vida, esvaziada de justificativas, de sua função mediadora do controle do poder, e que, na obra de Fonseca, assume, do ponto de vista da linguagem materialidade ímpar.

Violência, finalidade, linguagem

Para Jakobson, a função poética se manifesta quando há uma projeção do eixo paradigmático sobre o sintagmático, princípio de equivalência, o que engendra uma espécie de perturbação (não desvio) da ordem sintática e enunciados que se sustentam pela desautomatização dos usos comuns da linguagem. Assim, do ponto de vista jakobsoniano, a poesia não é um desvio da norma, é apenas um uso outro da comunicação, esta estrutura em seis diferentes funções: emotiva, conativa, fática, metalinguística, referencial e poética, com dominante poético. Ou seja, quando a função poética se manifesta, sabemos, as demais funções continuam atuante. Ela, porém, torna-se dominante.

Parece-me que a violência da linguagem nos contos talvez pudesse ser lida desse modo, como uma função dominante, com ênfase em si mesma, na mensagem, tal qual fosse a função poética, estabelecendo, também pelo princípio de equivalência uma sintaxe própria, inesperada, mas igualmente, não desviante, posto se faz das palavras do léxico, mas, muitas vezes, surpreendendo pela construção, imagens, pelo horror apresentado com frieza e ironia. Dito isso, *Feliz ano novo* é sobre o contexto, a ditadura, mas é sobre uma experiência de linguagem que se faz na violência, violentando o estabelecido, bastando-se a si mesma. A crise não é a de versos mallarmeana, mas é a da linguagem como potencial de comunicação com vistas ao entendimento, posto destinatário, remetente, código e mensagem, canal e referente serem comuns por sua violência, pelo desfazimento e

empobrecimento da vida, da experiência (em sentido benjaminiano de experiência e pobreza).

Portanto, em termos de funções da linguagem, não como é apenas como se a violência não fosse o canal para comunicar a opressão e a desigualdade, a fome, embora seja. Não um gesto metalinguístico, um modo de pensar sobre o próprio código “violência”, ou referencialmente uma constante do contexto sociohistórico, mas uma mensagem com foco em si mesma, como o é a função poética. Se na poesia, diz Jakobson, a palavra é experimentada como palavra, em termos da violência como uma função da linguagem, a palavra é experimentada, radicalmente, como se sua única possibilidade de manifestação fosse a violência. Dito de outro modo, não há palavra que não seja violência.

Me parece que talvez resida aqui o horror diante do que se torna a violência, a barbárie —os corpos assassinados serão monumentos também, “monumentos da cultura” que escondem a barbárie ou simplesmente a barbárie é que se torna monumental, dispensando o monumento?

Seu Maurício, quer fazer o favor de chegar perto da parede? Ele se encostou na parede. Encostado não, não, uns dois metros de distância. Mais um pouquinho para cá. Aí. Muito obrigado. Atirei bem no meio do peito dele, esvaziando os dois canos, aquele tremendo trovão. O impacto jogou o cara com força contra a parede. Ele foi escorregando lentamente e ficou sentado no chão. No peito dele tinha um buraco que dava para colocar um panetone. (Fonseca 20)

A escolha lexical de panetone para além da profunda e nauseante ironia, pelo gesto de naturalização com que é colocada a meu ver, é acompanhada por um movimento que torna a violência, assumindo-se aqui muitas ressalvas que serão desenvolvidas num trabalho posterior, uma espécie de testemunha de si mesma, como “ser de linguagem” que é. Ou seja, a violência atesta todos os gargalos e desajustes do contexto histórico, mas ela mesma se torna uma espécie de “ente” que se corporifica, sendo meio e fim e sendo um espaço de existência em que Pereba, Zequinha e o narrador se reconhecem, leem-se a si próprios—panetone, mais do que imagem, símile, torna-se metáfora.

Vê como esse vai grudar. Zequinha atirou. O cara voou, os pés saíram do chão, foi bonito, como se ele tivesse dado um salto para trás. Bateu com estrondo na porta e ficou ali grudado. Foi pouco tempo, mas o corpo do cara ficou preso pelo chumbo grosso na madeira. (20)

De modo algum se pode confundir ou aproximar os algozes do sistema daqueles que são, em si, o testemunho da crueldade do sistema. Trata-se de pensar na maneira pela qual, no sistema capitalista, dentre tantas consequências, a injustiça social esgarça o diálogo, a compreensão, para fazer restar a violência pura, como uma língua pura—uma tradução impossível do que não se nomeia, não se alcança nomear, e que se vai, pela reiteração em toda parte na era da violência em sua reprodutibilidade técnica, naturalizando.

Como se a violência então, sendo fruto da incompreensão, dos desajustes, da opressão e da reação à opressão, se tornasse a vida mesma, que no lugar de se ver reduzida a ela, passa a compor-se de uma espécie de expansão da experiência, cruelmente, perversamente, corporificada nos gestos, como linguagem possível até certo ponto, e língua escolhida daí em diante, uma espécie de força libidinal e maligna, mas na qual jamais será possível comparar os oprimidos violentos a seus algozes, porque o ponto a partir do qual neles brota a violência é absolutamente distinto. Vale acompanhar um pouco da descrição da chacina da Candelária recolhida do site da Anistia Internacional:

Mais de 50 crianças e jovens dormiam nas escadarias da Igreja da Candelária na noite do massacre. Wagner dos Santos, ferido na chacina e principal testemunha do crime, vive atualmente na Suíça, onde buscou refúgio após sofrer uma segunda tentativa de assassinato, em 1994. Ele levou oito tiros e sofre de envenenamento por chumbo, perda parcial da audição e dos movimentos do rosto, e de sequelas psicológicas. Sobreviventes da chacina acabaram mortos de forma violenta em outros momentos. Fábio Gomes de Azevedo foi morto pela polícia em 1996, numa operação contra o tráfico de drogas. Sandro Barbosa do Nascimento foi morto pela polícia em 2000, ao assaltar um ônibus no Rio de Janeiro, incidente retratado no documentário

“Ônibus 174”. Elizabeth Cristina de Oliveira Maia foi assassinada em 2000, pouco antes de depor em um processo contra policiais. Os responsáveis por sua morte nunca foram identificados.

Em “Feliz ano novo” talvez a violência passe a afirmar uma forma de vida para as fraturas da própria subjetividade, sua realização humana, tornando possível celebrar o ano novo no final do conto, no fim das contas da existência e da penúria que nunca se pagam. No tratamento afetivo de D. Candinha (meus filhos), no nome de D. Candinha, Cândida, a mulher pura, no buraco panetone, presente para o Natal dos famintos, e sua urgência, afinal o bom conselho é “quem espera nunca alcança, inútil dormir que a dor não passa”, como na canção de Chico Buarque. Assim:

Pode deixar, meus filhos. Os homens aqui não vêm. Subimos.
Coloquei as garrafas e as comidas em cima de uma toalha no chão.
Zequinha quis beber e eu não deixei. Vamos esperar o Pereba.
Quando o Pereba chegou, eu enchi os copos e disse, que o próximo ano seja melhor. Feliz ano novo. (Fonseca 22)

Talvez tivéssemos aqui alguns caminhos: a constatação do brutalismo, sua inescapabilidade, a desesperança incontornável. Mas não será mesmo essa figurativização da desesperança, essa espécie de crítica da linguagem pela conversão da violência ela mesma em linguagem e idioma, na escritura da experiência, que faz com que finda a leitura acreditemos ainda mais que a esperança não é um corpo matável. Por que nós mesmos aqui, da nossa condição de classe, privilégio, nos indaguemos pela e na palavra literária acerca do conto censurado, e isso é em si e de algum modo a espera da esperança, ou de uma ética da literatura, mais que ela, de uma ética da crítica literária à qual a obra de Rubem Fonseca nos interpela? Afinal, escrever, dizer, por quê?

Obras citadas

Agamben, Giorgio. *Estado de exceção. Homo sacer II, I*. Tradução de Iraci Poleti, Boitempo, 2004.

———. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo, Humanitas/Editora da UFMG, 2010.

- Agência Brasil. “Viúva de Edvaldo Rosa: 257 tiros não são legítima defesa.” <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-12/viuvadevaldo-rosa-257-tiros-nao-sao-legitima-defesa>. Acesso em 2 out. 2025.
- Anistia Internacional. “Nota pública: 20 anos da Chacina da Candelária, não vamos esquecer!” 18 jul. 2013, <https://anistia.org.br/informe/nota-publica-20-anos-da-chacina-da-candelaria-nao-vamos-esquecer/>. Acesso em 2 out. 2025.
- Assumpção, Carlos. “Rotina.” *Ermira*, 26 jul. 2020, <https://ermiracultura.com.br/2020/07/26/cinco-poemas-de-carlos-de-assumpcao/>. Acesso em 5 mar. 2025.
- Benjamin, Walter. “Crítica da violência, crítica do poder.” *Documentos de cultura, documentos de barbárie: Ensaios escolhidos*, seleção e apresentação de Willy Bolle, Cultrix. 1995, pp. 160–77.
- . “Experiência e pobreza.” *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet, prefácio de Jeanne-Marie Gagnebin, Brasiliense, 1985, pp. 114–19.
- Bento, Berenice. “Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?” *Cadernos Pagu*, no. 53, 2018, <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413>. Acesso em 5 out. 2025.
- Buarque, Chico, e Paulo Pontes. *A gota d’água*. Civilização Brasileira, 1998.
- Castro, Antonio Barros de, e Francisco Eduardo Pires de Souza. *A economia brasileira em marcha forçada*. Paz e Terra, 2018.
- FONSECA, Rubem. *Feliz ano novo*. Nova Fronteira, 2012.
- . “Feliz ano novo”. *Contos Reunidos*. Companhia das Letras. 1994. pp. 365-371
- Jakobson, Roman. “Linguística e poética.” *Linguística e comunicação*, tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes, Cultrix, 1999, pp. 118–62.
- Lispector, Clarice. “Mineirinho” (1969). [SCRIBD], <https://pt.scribd.com/doc/206767755/Clarice-Lispector-Mineirinho>. Acesso em 3 out. 2025.
- Mbembe, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento, N-1 Edições, 2018.
- . “Necropolítica.” Tradução de Renata Santini, *Arte & Ensaio*, no. 32, dez. 2016, pp. 122–51.

Rancière, Jacques. *O ódio à democracia*. Tradução de Mariana Echalar, Boitempo, 2014.

Rocha, João de Casto. “Dialética da marginalidade - caracterização da cultura brasileira contemporânea”. *Folha de São Paulo, Caderno Mais*. 29 de fevereiro. 2004.

